

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Maria João Melícias

Miguel Sousa Ferro

O número 46-47 da Revista de Concorrência & Regulação abre com a análise de Nuno Cunha Rodrigues sobre o papel da política de concorrência nos países em desenvolvimento, em especial nos países africanos de língua oficial portuguesa, bem como da cooperação internacional neste domínio. O investimento no desenvolvimento e efetiva implementação de uma política de concorrência, com um quadro institucional adequado, é apresentado como um elemento indispensável de uma política mais ampla de desenvolvimento económico e de atração do investimento internacional.

Miguel Sousa Ferro aborda a questão do acesso à prova para ações de private enforcement do Direito da Concorrência. Depois de uma análise

Issue 46-47 of Revista de Concorrência & Regulação opens with Nuno Cunha Rodrigues' analysis of the roles of competition policy and international cooperation in developing countries, in particular, in Portuguese-speaking African countries. The development and effective implementation of a competition policy framework, with an adequate institutional design, is considered as an indispensable component of a broader policy for economic development and for attracting foreign investment.

Miguel Sousa Ferro tackles the issue of access to evidence in the scope of the private enforcement of competition law. After a theoretical overview of the applicable rules, the result of empirical research into the reality of the application of these rules in recent

global das regras aplicáveis, apresentam-se os resultados de Investigação empírica sobre a realidade da aplicação destas regras em Portugal nos últimos anos. Isto leva o autor a conclusões sobre o impacto da transposição da Diretiva 2014/104/UE e os desafios com que ainda se defrontam as partes em litígios privados que pretendam ter acesso a informação confidencial ou não-confidencial.

Nuno Ricardo Pica dos Santos regressa a uma controvérsia jurídica infundável em Portugal, que conheceu recentemente um desenvolvimento importante através de um acórdão do Tribunal Constitucional: a obtenção de meios de prova através do exercício de poderes de autoridade em processos contraordenacionais (em especial, no âmbito da atividade económica). Defende-se que regras gerais de exclusão de certos meios de prova podem ser afastadas em áreas especiais do direito contraordenacional, levando à convergência material com o direito penal.

A Revista de Concorrência & Regulação participa na onda de atenção redobrada exigida pelo combate ao aquecimento global, publicando dois artigos que se centram nestas preocupações.

João Lopes fornece-nos as suas reflexões sobre o impacto económico dos recentes aumentos de preços no setor da energia para os consumidores e para a segurança de abastecimento. Sugere a necessidade de

years in Portugal is presented. This leads the author to draw conclusions as to the impact of the transposition of Directive 2014/104/EU and the practical challenges parties seeking redress still face in order to have access to confidential or non-confidential information.

Nuno Ricardo Pica dos Santos revises an endless legal controversy in Portugal, recently the focus of an important development as a result of a judgment of the Constitutional Court: the collection of evidence by public enforcers in the context of administrative offences procedures (in particular, in the context of economic infringements). It is argued that the general rules which exclude the use of certain types of evidence may be set aside in special areas of the law of administrative offences, leading to a material convergence between this branch of the law and criminal law.

The Revista de Concorrência & Regulação adds its voice to the wave of redoubled attention required by the fight against global warming, by publishing two papers focused on these concerns.

João Lopes provides us with his thoughts on the economic impact of the recent increase in energy prices for consumers and for the security of supply. He suggests the need for a greater degree of economic analysis in the policies aimed at reducing CO2

maior análise económica nas políticas de redução de emissões de CO₂, nomeadamente com o objetivo de prosseguir as soluções que garantam alcançar as metas ambientais com os menores custos possíveis. O autor revela as suas dúvidas sobre grandes opções político-económicas que têm sido tomadas, nomeadamente em Portugal, neste domínio.

Lisa Pinto Ferreira olha para o regime da eficiência energética da UE, incluindo a proposta de Diretiva e uma Recomendação da Comissão associada, identificando os desafios que se prevê que surgirão, em especial para os reguladores nacionais e para os operadores de rede. A autora defende que há vários fatores que dificultam a aplicação prática e o respeito pelo princípio de se dar prioridade à eficiência energética.

Festas Felizes e boas leituras.

emissions, notably by focusing on the solutions which secure the achievement of the relevant environmental goals with the least possible costs. The author expresses his doubts concerning some of the broader political-economic choices which have been taken, namely in Portugal, in this area.

Lisa Pinto Ferreira looks at the EU regime for energy efficiency, including the proposed draft Directive and a related Commission recommendation, and identifies the challenges which can be predicted to arise, in particular for national regulators and network operators. The author argues that there are several factors which render difficult the practical application and compliance with the principle of “energy efficiency first”.

Season’s greetings and enjoy the reading.